



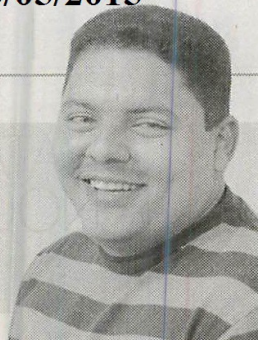
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe -24 e 25/05/2015

Correio Urbano

QUORUM  
HABACUQUEVILLACORTE

habacuquearacaju@uol.com.br



## Assembleia precisa ser repensada!

Em qualquer roda política, um assunto está sempre na “Ordem do Dia”: a polêmica em torno da aplicação das verbas de subvenção social da Assembleia Legislativa e seus mais impressionantes desdobramentos. **Quorum** até já falou algo a respeito, em outra oportunidade: esta crise – que parece não ter fim – atingiu em cheio ao Poder Legislativo, que parece não ter forças para reagir. A AL vive o momento de profunda instabilidade e do mais absoluto silêncio! Parece que há no ar uma sensação de consternação, de que os deputados teriam “acusado o golpe”.

O Poder Legislativo, assim como os demais, é muito importante para que se estabeleça a democracia. É bem verdade que existem problemas graves, que merecem e devem ser sanados. Não se pode encobrir o que está errado, simplesmente. É preciso identificar e punir, com rigor, até para servir de exemplo. Alguns dos nossos representantes legais, infelizmente, não “legislaram” para o povo, mas em causa própria. Tudo na vida tem um preço. Hoje, o MPF e o MPE fazem as vozes da população e cobram a verdade. Cumprem exatamente aquilo que a Constituição lhes concerne.

Mas há uma omissão tremenda por parte do Legislativo. Por mais difícil que seja a contestação, para tudo se tem uma devida explicação. É bem verdade que, em alguns casos, até pareça que o silêncio é a melhor resposta. Mas, ainda assim, não o é! Existe uma lei estadual que garante o instituto “subvenções”, que garante a legalidade de sua aplicação. Sendo assim, não há ilegalidade. O erro não está nas subvenções, propriamente ditas, mas na forma como alguns parlamentares fizeram suas respectivas indicações e pela ausência completa de fiscalização de um órgão de controle daquela Casa.

**Quorum** não quer aqui colocar “panos quentes”, amenizar para este ou aquele deputado, tentar encobrir o erro. Não é isso! Mas para cobrar um posicionamento da Assembleia, para reabrir o diálogo com a sociedade, dar o direito de defesa. Independente dos encaminhamentos e das investigações, é chegada a hora de se repensar a AL. De se repensar o Poder, sua finalidade, obrigações e ações. A Assembleia tem que deixar de ser um “órgão auxiliar” do Executivo, tem que se reinventar, ressurgir das cinzas e procurar se reerguer. Hoje, o Poder está combalido. Ou se faz isso agora, ou o tempo tratará de resolver por si próprio...